



Município de Constância

Câmara Municipal

Ata n.º 25/2012

Data da Reunião Ordinária — 6 de dezembro de 2012

Início da Reunião 14.30 horas

Termo da Reunião 17.30 horas

▪ **Membros da Câmara Municipal que compareceram à Reunião:**

Presidente: Máximo de Jesus Afonso Ferreira

Vereadores: Margarida Maria da Costa Alves Veríssimo

Maria Manuela Oliveira Arsénio

Rui Paulo Serras Vermelho

Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim

▪ **Responsável pela elaboração da Ata:**

Nome: Ana Silvério

Cargo: Coordenador Técnico



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 25/2012 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 06-12-2012

No uso da competência que me é conferida e dando cumprimento ao estipulado no artigo 87.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações posteriormente introduzidas, A ORDEM DO DIA da reunião ordinária da Câmara Municipal, a realizar no dia 6 de dezembro de 2012, com início pelas 14.30 horas, é a seguinte: -----

1. EXPEDIENTE -----

1.1 - Casa do Povo de Montalvo - Apresentação dos Corpos Sociais (7.1.4.2) -----

1.2 - Santa Casa da Misericórdia de Constância - Agradecimento da Cedência do Espaço (Apartamento) (2.2.24) -----

1.3 - Santa Casa da Misericórdia de Constância - Agradecimento de Apoio Financeiro (7.1.6)

1.4 - 25.ª Modificação ao Orçamento/2012 e 18.ª Modificação às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) -----

1.5 - Turismo de Lisboa e Vale do Tejo - Resultados Definitivos das Eleições da ER Turismo Lisboa e Vale do Tejo (7.6.3) -----

2. BALANCETE E PAGAMENTOS -----

2.1 – Balancete -----

2.2 – Pagamentos -----

3. PLANO, ORÇAMENTO E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS -----

3.1 - Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2013 – Proposta -----

4. PESSOAL -----

4.1 - Regulamento de Organização de Serviços Municipais - Mapa de Pessoal para o ano 2013 – Regulamento de Recrutamento e Seleção de Cargos de Direção Intermédia de 3.º Grau – Proposta -----

5. PATRIMÓNIO -----

5.1 - Concurso Público para Adjudicação do Arrendamento do Espaço destinado a Comércio ou Serviços Indiferenciados, sito na Rua Luís de Camões, N.º 38, em Constância -----

5.2 - Aquisição por usucapião do Edifício da Biblioteca Municipal, sito na Estrada Nacional 3, na Vila, Freguesia e Concelho de Constância -----

6. OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS -----

6.1 - Empreitada "Urbanização de Aldeia de Santa Margarida da Coutada - 2.ª Fase" - Pedido de Liberação de Caução -----

6.2 - Empreitada "Recuperação da Cadeia Velha - Constância" - Pedido de Liberação de Caução -----

6.3 - Empreitada "Igreja Matriz de Santa Margarida - Requalificação, Acessos e Espaço Envolvente" - Pedido de Liberação da Caução -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 25/2012 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 06-12-2012

7. EDUCAÇÃO E ENSINO -----
7.1 - Educação Pré-escolar - Componente de apoio à família - ano letivo 2012/2013 -----
7.2 - Concessão de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos - Atribuição de Apoio Financeiro a Estudantes que frequentam Estabelecimentos de Ensino Superior -----
8. SUBSÍDIOS E PARTICIPAÇÕES -----
8.1 - Associação Humanitária de Montalvo - Atribuição de Apoio Financeiro -----
9. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE -----
9.1 - Pressão de Água - Rua Principal, n.º 4 - Aldeia de Santa Margarida da Coutada -----
10. PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----
11. APROVAÇÃO EM MINUTA -----
12. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

Constância, 6 de dezembro de 2012

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

(Máximo de Jesus Afonso Ferreira)



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 25/2012 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 06-12-2012

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze nesta Vila de Constância, no edifício dos Paços do Município e Sala de Sessões, reuniu a Câmara Municipal de Constância, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente, Máximo de Jesus Afonso Ferreira, achando-se igualmente presentes, os Vereadores Senhores(as): Margarida Maria da Costa Alves Veríssimo, Maria Manuela de Oliveira Arsénio, Rui Paulo Serras Vermelho e Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim. -----

Estiveram também presentes na reunião: Ana Silvério, Coordenador Técnico; Jorge Heitor, Chefe da Divisão de Obras Municipais e Ambiente; Manuela Lopes, Chefe da Divisão de Gestão e Planeamento Urbanístico. -----

Verificando-se quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram catorze horas e trinta minutos. -----

Em seguida, passou-se à discussão e análise dos assuntos incluídos na Ordem de Trabalhos, cuja cópia fica a fazer parte integrante da presente ata, tendo sido tomadas as seguintes deliberações: -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

A Vereadora Júlia Amorim apresentou uma moção sobre a criação do ACES Médio Tejo: “A Câmara Municipal de Constância, reunida no dia 6 de dezembro de 2013 tomou conhecimento da portaria n.º 394-B/2012 que tem por objeto a reorganização dos Agrupamentos de Centros de Saúde integrados na Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P., tendo verificado a criação do ACES Médio Tejo, que resulta da fusão do ACES do Médio Tejo-Serra d’Aire e Candeeiros com o ACES Médio Tejo II-Zêzere, tendo manifestado o seu descontentamento com a localização da sede no concelho de Torres Novas pelo facto de não se ter tido em conta o parecer desfavorável desta Câmara Municipal e do Conselho de Comunidade do agora extinto ACES do Zêzere.-----

De facto a centralidade e as acessibilidades para Constância, conforme demonstrado aquando da emissão do parecer justificam só por si que a sede fosse nesta localidade.-----

Contudo, para além da centralidade e das acessibilidades recorde-se que o ACES do Zêzere estava sediado no edifício do Centro de Saúde de Constância, edifício este concebido na altura para servir no piso térreo como Centro de Saúde e no 1.º piso como centro de formação da então sub-região de saúde de Santarém, cujo terreno e infraestruturação do espaço envolvente foi um investimento desta autarquia, com a perspetiva do retorno económico e social para o concelho.-----

Também os investimentos realizados para acolher a sede do ACES do Zêzere, tendo em conta a possibilidade de rentabilização de espaços existentes e subaproveitados, previa que o



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 25/2012 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 06-12-2012

referido edifício reuniria condições para acolher a sede do agrupamento de Centros de Saúde do Médio Tejo.-----

Assim, considerando as razões expostas anteriormente, a Câmara Municipal delibera por ----
--- manifestar junto da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P., a sua discordância e apelar para que aquele espaço possa vir a ser um pólo da sede do Agrupamento do ACES Médio Tejo, rentabilizando-se assim, as infraestruturas existentes sem a criação de mais despesa.”-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade aprovar a moção apresentada pela Vereadora Júlia Amorim. -----

-----ORDEM DO DIA-----

-----1. EXPEDIENTE-----

1.1 - CASA DO POVO DE MONTALVO: Ofício n.º 100-12, datado de 16 de novembro de 2012, apresentando Lista dos Corpos Sociais. -----

1.2 - SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CONSTÂNCIA: Ofício n.º 647/2012, datado de 06 de novembro de 2012, agradecendo a cedência do edifício para o acolhimento dos idosos e restantes apoios de transportes, equipamentos e materiais para a realização da obra. -----

1.3 - SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CONSTÂNCIA: Ofício n.º 646/2012, datado de 6 de novembro de 2012, agradecendo o apoio financeiro atribuído a esta Instituição. -----

1.4 - 25.ª MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO/2012 E 18.ª MODIFICAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI E AMR): Foi presente 25.ª Modificação ao Orçamento e 18.ª Modificação às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR). -----

1.5 - TURISMO DE LISBOA E VALE DO TEJO: E-mail datado de 28 de novembro de 2012, enviando resultados definitivos das Eleições da ER Turismo de Lisboa e Vale do Tejo. -----

-----2. BALANCETE E PAGAMENTOS-----

2.1 – BALANCETE: A Câmara tomou conhecimento dos saldos existentes de harmonia com o Resumo Diário de Tesouraria referente ao dia 05 de dezembro de 2012, o qual apresenta os seguintes saldos em euros: -----

Em Cofre: € 1.847,40 (mil oitocentos e quarenta e sete euros e quarenta cêntimos);
Instituições de Crédito: € 496.564,78 (quatrocentos e noventa e seis mil quinhentos e sessenta e quatro euros e setenta e oito cêntimos); **Aplicações de Tesouraria:** € 4.533,50 (quatro mil quinhentos e trinta e três euros e cinquenta cêntimos); **Soma:** € 503.765,68 (quinhentos e três mil setecentos e sessenta e cinco euros e sessenta e oito cêntimos); **Em**



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 25/2012 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 06-12-2012

Documentos: € 17.814,52 (dezassete mil oitocentos e catorze euros e cinquenta e dois cêntimos); **TOTAL:** € 521.580,20 (quinhentos e vinte e um mil quinhentos e oitenta euros e vinte cêntimos); **Discriminação do Saldo em Dinheiro:** - **Receitas Próprias:** € 361.155,99 (trezentos e sessenta e um mil cento e cinquenta e cinco euros e noventa e nove cêntimos); - **Operações de Tesouraria:** € 142.609,69 (cento e quarenta e dois mil seiscentos e nove euros e sessenta e nove cêntimos). -----

2.2 – PAGAMENTOS -----

Dando cumprimento ao preceituado no n.º 3, do art.º 65 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações posteriormente introduzidas, foi presente a relação de todos os pagamentos efetuados e autorizados no período 19/11/2012 a 30/11/2012, na importância global de € 386.750,55 (trezentos e oitenta e seis mil setecentos e cinquenta euros e cinquenta e cinco cêntimos). -----

---3. PLANO, ORÇAMENTO E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS----

3.1 - GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2013 – PROPOSTA --

Foram presentes as propostas referentes às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) para o ano de dois mil e treze e Orçamento para dois mil e treze, o qual apresenta os seguintes valores: **RECEITA:** - **Receita corrente** - € 4.564.543,00 (quatro milhões quinhentos e sessenta e quatro mil quinhentos e quarenta e três euros); **Receita de capital** de € 2.011.209,00 (dois milhões onze mil duzentos e nove euros); **Total da Receita** - € 6.575.752,00 (seis milhões quinhentos e setenta e cinco mil setecentos e cinquenta e dois euros); **DESPESA:** - **Despesa corrente** - € 4.449.225,00 (quatro milhões quatrocentos e quarenta e nove mil duzentos e vinte cinco euros); **Despesa de Capital** - € 2.126.527,00 (dois milhões cento e vinte seis mil quinhentos e vinte sete euros); **TOTAL DA DESPESA** - € 6.575.752,00 (seis milhões quinhentos e setenta e cinco mil setecentos e cinquenta e dois euros). -----

A Câmara deliberou por maioria, com duas abstenções dos Vereadores Margarida Veríssimo e Rui Vermelho do Partido Socialista, aprovar o documento em causa e submete-lo à aprovação da Assembleia Municipal do Concelho. -----

Os Vereadores do Partido Socialista apresentaram *Declaração de Voto*: “Os Vereadores do Partido Socialista, Margarida Veríssimo e Rui Vermelho, abstêm-se na votação deste ponto pelos seguintes motivos: -----

1 – Envio dos documentos na véspera da reunião, impossibilitando a sua conveniente análise; -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 25/2012 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 06-12-2012

2 – Não foi dado cumprimento ao direito de oposição, no sentido de serem chamados à discussão e apreciação prévia dos documentos; -----

3 – Falta de rubrica com reforço de dotação para apoio social, atendendo à situação económica que afeta mais famílias do Concelho”.-----

-----4. PESSOAL-----

4.1 - REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS - MAPA DE PESSOAL PARA O ANO 2013 – REGULAMENTO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU-----

PROPOSTA: “Nos termos do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, o Município de Constância deverá adequar a sua estrutura orgânica em vigor, às regras e critérios aí definidos, e tal adequação terá que entrar em vigor no mês de janeiro do próximo ano. -----

A estrutura atual, cuja entrada em vigor ocorreu no ano de 2011, reúne, em termos gerais, os requisitos que a nova Lei exige. No entanto, e tendo em atenção a limitação do número de cargos dirigentes que foi determinada, existe a necessidade de adequar o número de cargos dirigentes ao que a nova Lei estipula, e, por outro lado, retirar da Estrutura a menção ao Parque de Astronomia, uma vez que essa área foi incorporada em Associação criada para o efeito. Aproveitando esta oportunidade será extinta a Subunidade de Tesouraria, integrando-se o respetivo serviço na Secção Financeira. -----

Por isso mesmo, na presente proposta de REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS – ANEXO I, procedeu-se a algumas (poucas) alterações nas diferentes atribuições das unidades, subunidades e gabinetes de apoio, e disciplinou-se a forma como as mesmas serão coordenadas. -----

Tendo em atenção a proposta atrás referida, procedeu-se igualmente à adequação ao seu conteúdo do MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2013 – ANEXO II, e ao cumprimento das regras existentes sobre contratação de pessoal, mormente as que se encontram definidas no Orçamento Geral do estado. -----

Conforme resulta da Lei citada, manter-se-ão no Mapa de Pessoal para o ano de 2013, 2 (dois) lugares de dirigente intermédio de 2.º grau. As unidades de Administração e Finanças e de Obras Municipais e Ambiente serão chefiadas em conjunto por um único dirigente intermédio de 2.º grau, e a Unidade Orgânica de Gestão e Planeamento Urbanístico por outro. Por outro lado, irão igualmente ser criados 2 (lugares) de dirigente intermédio de 3.º Grau, ficando um na área da administração e finanças e outro na área de obras municipais e



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 25/2012 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 06-12-2012

ambiente, embora só um deles possa ser provido, conforme resulta da conjugação do n.º 1 do artigo 9.º com o n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto. -----

Tendo em atenção que a proposta de Mapa de Pessoal para o ano de 2013, prevê a existência do cargo de dirigente intermédio de 3.º Grau, torna-se necessário, igualmente, elaborar documento contendo o regime e condições de provimento do lugar, o qual constitui o ANEXO III. -----

Nestes termos, **PROponho:** -----

- Que a Câmara Municipal aprove o **REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS**, que constitui o anexo I, da presente proposta; -----
- Que a Câmara Municipal aprove o **MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2013**, que constitui o Anexo II, da presente proposta; -----
- Que a Câmara Municipal aprove o **REGULAMENTO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU**, que constitui o anexo III, da presente proposta; -----

Que todos os documentos sejam **submetidos à aprovação da Assembleia Municipal do Concelho**, para que possam produzir efeitos a partir do mês de Janeiro de 2013.” -----

A Câmara deliberou por maioria, com duas abstenções dos Vereadores Margarida Veríssimo e Rui Vermelho do Partido Socialista, aprovar o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais; o Mapa de Pessoal para 2013 e o Regulamento de Recrutamento e Seleção de Cargos de Direção Intermédia de 3.ª Grau. Submeter os mesmos à aprovação da Assembleia Municipal. -----

Os Vereadores do Partido Socialista apresentaram Declaração de Voto: “Os Vereadores do Partido Socialista, Margarida Veríssimo e Rui Vermelho, abstêm-se na votação deste ponto por considerarem que, nas questões de pessoal devem permitir que, dentro da Lei e com a sua liberdade de atuação, o Senhor Presidente da Câmara Municipal faça a sua própria gestão”. -----

-----5. PATRIMÓNIO-----

5.1 - CONCURSO PÚBLICO PARA ADJUDICAÇÃO DO ARRENDAMENTO DO ESPAÇO DESTINADO A COMÉRCIO OU SERVIÇOS INDIFERENCIADOS, SITO NA RUA LUÍS DE CAMÕES, N.º 38, EM CONSTÂNCIA -----

Não foi apresentada qualquer proposta. -----

5.2 - AQUISIÇÃO POR USUCAPIÃO DO EDIFÍCIO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL, SITO NA ESTRADA NACIONAL 3, NA VILA, FREGUESIA E CONCELHO DE CONSTÂNCIA -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 25/2012 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 06-12-2012

INFORMAÇÃO DO SETOR DO PATRIMÓNIO: “O edifício da Biblioteca Municipal, sito na Estrada Nacional 3, na Vila, Freguesia e Concelho de Constância, a seguir identificado, constitui propriedade privada do Município de Constância: -----

- ✓ Urbano – Prédio urbano denominado “Biblioteca”, constituído por: cave com 1 sala polivalente, 2 casas de banho, 1 corredor e 4 arrecadações, com 242,7 m²; r/c composto por 1 sala, 2 vestíbulos, corredor e 2 gabinetes, com 249,5 m²; 1.º andar constituído por 3 salas, 2 casas de banho e 1 vestíbulo, com 249,5 m²; e logradouro com 1.015,5 m², inscrito na matriz predial urbana da Freguesia de Constância sob o artigo 742. -----

O referido edifício da Biblioteca Municipal está omissa na Conservatória do Registo Predial, pelo que não se encontra registado a favor do Município. -----

É um dos edifícios mais significativos do património construído do concelho, herança da I República, símbolo da instrução e da cultura, casa que conheceu várias funções, todas elas de relevante interesse público. -----

O imóvel foi construído em 1912-17 para ser escola de ambos os sexos e habitação das professoras e durante quase 70 anos cumpriu estas funções, tendo a última aula sido dada antes das férias do Natal de 1985. O edifício ficou disponível e no final dos anos 80 recebeu os serviços da Câmara Municipal, entretanto retirados do imóvel sito na Rua Luís de Camões, até estarem concluídos os atuais Paços do Concelho. Cumprida esta segunda função, foi alvo de importantes obras de beneficiação e remodelação na sequência de contrato programa celebrado entre o Município de Constância e a Secretaria de Estado da Cultura, através do então Instituto Português do Livro e da Leitura, de modo a adequar os seus espaços interiores à instalação definitiva da Biblioteca Municipal, a qual já funcionava, provisoriamente, no edifício, hoje n.º 9, da Rua Luís de Camões, preservando-se a fachada e a volumetria, tendo sido inaugurada por ocasião das Festas de Nossa Senhora da Boa Viagem de 1994, tendo contado com a presença do então Primeiro-Ministro, Professor Cavaco Silva, e de outros membros do seu Governo. -----

A história pormenorizada deste edifício encontra-se descrita no artigo “De Escola a Biblioteca: uma casa com muita História”, publicado no Boletim Informativo da Câmara Municipal de Constância, n.º 24 – nov./dez. 1993, páginas 10-12. -----

Apetrechada com os necessários meios para cumprir as suas funções, não apenas livros mas também material audiovisual e outros suportes de informação, a Biblioteca Municipal tem um papel muito importante junto da população do concelho, em especial dos jovens estudantes. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 25/2012 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 06-12-2012

A partir de 23 de abril de 2005, a Biblioteca Municipal passou a denominar-se Biblioteca Municipal Alexandre O'Neill, homenageando o grande poeta português que durante alguns anos viveu em Constância e que deixou ao município a sua biblioteca pessoal, a qual se encontra à disposição do público numa sala deste equipamento cultural. -----

Em face do exposto, a Câmara Municipal não dispõe de título que lhe permita efetuar o registo do imóvel na Conservatória do Registo Predial. -----

A justificação notarial para efeitos de registo encontra-se regulada nos artigos 89.º a 101.º do Código do Notariado e trata-se de uma forma excecional de o titular de direitos a ele sujeitos, suprir a falta ou insuficiência de títulos normais. -----

Perante situações em que será praticamente impossível obter o registo, por falta ou insuficiência de prova documental, como é o caso em questão, faculta a lei este meio excecional de o obter, para efeitos de primeira inscrição no registo predial, por não haver registo a favor de quem quer que seja (a comprovar por certidão negativa a emitir pela Conservatória do Registo Predial de Constância). -----

A lei procura assim garantir, por esta forma, a concordância entre o registo e a realidade jurídica, viabilizando registos que não seriam possíveis por não se dispor de documentação normal para a prova do direito a registar. Assim, a justificação configura um meio para a falta ou insuficiência de títulos. -----

A posse sobre o mesmo é exercida há mais de vinte anos, de forma pacífica, contínua e pública, ao serviço dos munícipes do Concelho, sem interrupção ou ocultação de quem quer que seja, pelo que nada obsta à aquisição do direito de propriedade por usucapião para efeitos de primeira inscrição no registo predial, na medida em que as populações concelhias reconhecem sem reservas que o edifício é propriedade privada municipal. -----

Essa posse foi adquirida e mantida sem violência e sem oposição, ostensivamente, com conhecimento de toda a gente e tem consistido na conservação do edifício. -----

Nestes termos e considerando os elementos expostos deverá o Executivo Municipal deliberar sobre a aquisição por usucapião do edifício dos Paços do Concelho, sito na Estrada Nacional 3, na Vila, Freguesia e Concelho de Constância, lavrando-se a escritura de justificação notarial, tendo em vista o posterior registo do direito de propriedade na Conservatória do Registo Predial de Constância. -----

Estabelece o n.º 1 do artigo 96.º do Código do Notariado que as declarações prestadas pelo justificante (Município de Constância), são confirmadas por três declarantes aos quais é aplicável o disposto no artigo 84.º, pelo que se sugere sejam indicados como testemunhas: Diamantino Gomes Pereira, António Carlos Calhau e Abílio Vences Pereira. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 25/2012 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 06-12-2012

V. Exa. decidirá. -----

ANEXA-SE: -----

- ✓ Caderneta Predial Urbana obtida via Internet em 30 de novembro de 2012. -----
- ✓ Cópia do artigo publicado no Boletim Informativo da Câmara Municipal de Constância n.º 24 – nov./Dez. 1993 a páginas 10-12. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, adquirir por usucapião o Edifício da Biblioteca Municipal, sito na Estrada Nacional 3, na Vila, Freguesia e concelho de Constância. -----

-----6. OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS-----

6.1 - EMPREITADA "URBANIZAÇÃO DE ALDEIA DE SANTA MARGARIDA DA COUTADA - 2.ª FASE" - PEDIDO DE LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO -----

INFORMAÇÃO DA DOMA: “Em referência ao assunto designado em epígrafe, foi requerido pelo empreiteiro a liberação da caução da empreitada supracitada, de acordo com o estabelecido no n.º 1 do artigo 4, do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto. -----

Desta forma foi elaborado um auto de vistoria que se anexa, assinado respetivamente, pelo representante do empreiteiro e pelo representante do dono de obra, não se vendo qualquer inconveniente em que o mesmo seja aprovado, podendo caso o executivo delibere no sentido favorável, liberar 30% da caução em poder do Município, nos termos do n.º 1 do artigo 3º, conjugado com a alínea a) do n.º 2 do mesmo artigo, uma vez que decorreu mais de um ano da data da receção provisória da empreitada em apreço. -----

Mais se informa, que os restantes 70% da caução, serão liberados mediante a realização de um auto de vistoria, nos termos e condições estabelecidas nas alíneas b), c), d) e e) do n.º 2 do referido artigo 3º.” -----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a liberação da caução. -----

6.2 - EMPREITADA "RECUPERAÇÃO DA CADEIA VELHA - CONSTÂNCIA" - PEDIDO DE LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO -----

INFORMAÇÃO DA DOMA: “Em referência ao assunto designado em epígrafe, foi requerido pelo empreiteiro a liberação da caução da empreitada supracitada, de acordo com o estabelecido no n.º 1 do artigo 4, do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, conforme ofício que se anexa. -----

Desta forma foi elaborado um auto de vistoria que se anexa, assinado respetivamente, pelo representante do empreiteiro e pelo representante do dono de obra, não se vendo qualquer inconveniente em que o mesmo seja aprovado, podendo caso o executivo delibere no sentido favorável, liberar 75% da caução em poder do Município, nos termos do n.º 1 do artigo 3º,



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 25/2012 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 06-12-2012

conjugado com as alínea a), b) e c) do n.º 2 do mesmo artigo, uma vez que decorreram mais de três anos da data da receção provisória da empreitada em apreço. -----

Mais se informa que, os restantes 25% da caução, serão liberados mediante a realização de um auto de vistoria para liberação da caução, nos termos e condições estabelecidas nas alíneas d) e e) do n.º 2 do mencionado artigo 3.º.” -----

AUTO DE VISTORIA PARA LIBERTAR GARANTIAS BANCÁRIAS: “Empreitada de Recuperação da Cadeia Velha – Constância. -----

Aos treze dias de novembro de Dois Mil e Doze compareceram na obra acima mencionada por parte do MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA, o Sr. Sérgio Paulo Fernandes Correia e o Sr. Eng.º Acácio Dias Miguel representante da firma CONSTRUÇÕES MANUEL & LINO, LDA., adjudicatário da citada obra conforme consta do respetivo contrato celebrado entre esta Câmara Municipal e o empreiteiro, a fim de se proceder à vistoria para efeitos de liberação de caução de acordo com artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 190/2012 de 22 de agosto.

E tendo-se procedido à vistoria verificou-se que: -----

Primeiro: - Todos os trabalhos executados estavam conforme as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis; -----

Segundo: - Que todos os trabalhos previstos no Mapa de Trabalhos que serviu de base à adjudicação da presente empreitada, estavam executados; -----

Terceiro: - Nenhuma observação havendo fazer-se e tendo-se constatado que tudo se encontrava conforme as prescrições técnicas regulamentares que presidiam à presente empreitada, se lavrou o presente Auto de Vistoria e Receção Provisória, que, depois de lido em voz alta, foi julgado conforme e vai ser assinado.” -----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a liberação da caução. -----

6.3 - EMPREITADA "IGREJA MATRIZ DE SANTA MARGARIDA - REQUALIFICAÇÃO, ACESSOS E ESPAÇO ENVOLVENTE" - PEDIDO DE LIBERAÇÃO DA CAUÇÃO -----

INFORMAÇÃO DA DOMA: “Em referência ao assunto designado em epígrafe, foi requerido pelo empreiteiro a liberação da caução da empreitada supracitada, de acordo com o estabelecido no n.º 1 do artigo 4, do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto. -----

Desta forma foi elaborado um auto de vistoria que se anexa, assinado respetivamente, pelo representante do empreiteiro e pelo representante do dono de obra, não se vendo qualquer inconveniente em que o mesmo seja aprovado, podendo caso o executivo delibere no sentido favorável, liberar 60% da caução em poder do Município, nos termos do n.º 1 do artigo 3º,



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 25/2012 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 06-12-2012

conjugado com a alínea a) e b) do n.º 2 do mesmo artigo, uma vez que decorreu mais de dois anos da data da receção provisória da empreitada em apreço e que ocorreu a 3/05/2010.

Mais se informa, que os restantes 40% da caução, serão liberados mediante a realização de um auto de vistoria, nos termos e condições estabelecidas nas alíneas c), d) e e) do n.º 2 do mesmo artigo 3º. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a liberação da caução. -----

-----7. EDUCAÇÃO E ENSINO-----

7.1 - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR - COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA - ANO LETIVO 2012/2013 -----

INFORMAÇÃO DA VEREADORA JÚLIA AMORIM: “Na sequência da publicação do despacho n.º 14100/2012 de 30 de outubro de 2012 e o despacho n.º 13503/2009 de 9 de junho, do Ministério da Educação e Ciência e da Solidariedade Social, e consequente acerto relativo ao valor de financiamento para o ano letivo 2011/2012, no âmbito da componente de apoio à família, verificou-se uma diminuição da transferência de verbas da Direção Regional de Lisboa e Vale do Tejo. -----

Face ao exposto, e considerando a deliberação de Câmara de 02/08/2012, que se anexa, sugere-se a alteração do montante a transferir mensalmente para a Associação “Os Quatro Cantos do Cisne” para 6 500,00, e respeito acerto final no mês de Agosto de 2013.” -----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a alteração do montante a transferir mensalmente para a Associação. -----

7.2 - CONCESSÃO DE APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO A ESTUDANTES QUE FREQUENTAM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR -----

INFORMAÇÃO: “Na sequência do *términus* do prazo estabelecido para a entrega das candidaturas no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio a Estudantes do Ensino Superior reuniu a comissão nomeada pela câmara municipal, de acordo com o ponto um do artigo 13º do referido regulamento, cuja ata se encontra arquivada no respetivo processo

Da análise das 17 candidaturas, verificou-se que após a aplicação dos critérios estabelecidos no regulamento e de acordo com os valores das capitações aprovadas em reunião de câmara de 19 de setembro de 2012, todas são suscetíveis de apoio, tendo no entanto surgido a dúvida sobre a admissão ou não da candidatura da aluna Bruna Sofia Gomes Barroso, uma vez que esta se encontra matriculada no Instituto Politécnico de Leiria, num Curso de Especialização Tecnológica (CET), que, tal como consta no artigo 3º, do Decreto-Lei nº 88/2006 de 23 de



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 25/2012 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 06-12-2012

Maio, “Os CET são formações pós-secundárias não superiores que visam conferir qualificação profissional do nível 4”. -----

Contudo, considerando o plasmado pelo artigo 1º, da alteração ao regulamento, publicada pelo Edital n.º 138/2002 (2ª série) a 28 de Março “O presente regulamento tem por objetivo a definição dos critérios de atribuição de apoios financeiros a estudantes do concelho, matriculados e inscritos em estabelecimentos de ensino superior ou equivalente, economicamente mais carenciados” pode levar a que a candidatura seja considerada válida, uma vez que reúne os requisitos exigidos para tal, tendo a comissão de análise sugerido que pela câmara Municipal fosse solicitado um parecer jurídico sobre o enquadramento da candidatura e, decidisse da admissão ou não da mesma, com base no teor do referido parecer jurídico. -----

Assim, tendo em consideração a ata da comissão de análise e o parecer jurídico, **propõe-se:**

- Que de acordo com o parecer jurídico já solicitado e que se anexa à presente informação, a candidatura da aluna Bruna Sofia Gomes Barroso, seja admitida a concurso; -----
- Que todas as candidaturas se inserem nas captações suscetíveis de apoio, e que a verba definida para o efeito – €7.500,00, não é suficiente, seja a respetiva rubrica reforçada com €3.300,00, permitindo assim conceder apoio a todos os estudantes candidatos, da seguinte forma: -----

Nome	Valor da Bolsa
1 – Adriana Filipa Cordeiro Tomé	€600,00
2 – Alexandre Emanuel Ramos Marques	€600,00
3 – Ana Filipa de Jesus Pereira	€600,00
4 – Ana Laura Braz Ganhão Ferromau	€600,00
5 – André Filipe Ruivo Monteiro	€600,00
6 – André Vicente Xavier	€600,00
7 – Ângela Isabel Duarte Palácio	€600,00
8 – Bruna Sofia Gomes Barroso	€600,00
9 – Cátia Alexandra Lopes Freire	€600,00
10 – Cátia Sofia da Costa Cavaleiro	€600,00
11 – Cíntia Isabel Venâncio Louro	€600,00
12 - Daniel Filipe Zambujo Couto	€600,00



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 25/2012 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 06-12-2012

13 – Raquel Martins Gaspar	€900,00
14 - Rúben Alexandre Caldelas Gaspar	€900,00
15 - Silvia Pratas Branco	€600,00
16 – Sofia Margarida Manique Ganhão	€600,00
17 - Tatiana Cristina do Carmo Lopes	€600,00
TOTAL	€10.800,00

- Que o apoio a conceder seja efetuado em duas tranches iguais, respetivamente em Dezembro de 2012 e em Março de 2013; -----

- Que o Gabinete de Ação Social, Saúde e Educação elabore uma proposta de alteração ao presente regulamento, tendo em conta as alterações legislativas verificadas no Ensino Superior. -----

Mais se informa que a documentação que suporta a presente informação está disponível nos termos do ponto 4 do art.º 3º do Regimento da Câmara Municipal de Constância.” -----

A Câmara deliberou por unanimidade, aceitar a candidatura da aluna bruna Sofia Gomes Barroso e aprovar todas as candidaturas apresentadas, bem como reforçar a verba de 7.500,00 € com mais 3.300,00 €. -----

-----8. SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES-----

8.1 - ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE MONTALVO: Carta datada de 28 de Setembro de 2012, solicitando a atribuição de apoio financeiro, para a elaboração de projetos de especialidades da construção do Centro de Dia de Montalvo. -----

A Câmara deliberou por maioria, aprovar a atribuição de um subsídio no valor de 25% do montante da fatura. O pagamento do subsídio será efetuado, mediante a apresentação das faturas. -----

A Vereadora Margarida Veríssimo do Partido Socialista não participou na discussão e votação deste ponto. -----

-----9. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE-----

9.1 - PRESSÃO DE ÁGUA - RUA PRINCIPAL, N.º 4 - ALDEIA DE SANTA MARGARIDA DA COUTADA -----

INFORMAÇÃO: “No seguimento da informação emitida pelos serviços técnicos da DOMA, no que concerne ao assunto em epígrafe, venho por este meio prestar os seguintes esclarecimentos: -----

Da análise feita à informação e relatório elaborados pelo Técnico Superior Sérgio Correia, deveremos tecer as seguintes considerações: -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 25/2012 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 06-12-2012

No que respeita à questão da irregularidade na pressão da água, já foram tomadas medidas por parte deste Município para que seja colocada uma válvula redutora de pressão, encontrando-se tal situação a ser regularizada; -----

No que concerne ao equipamento vem o relatório esclarecer que “Na brochura técnica do equipamento consta que dele faz parte integrante uma válvula de segurança e uma válvula redutora de pressão”, referindo ainda que “(...) por lei é também obrigatória a instalação de uma válvula de seccionamento e de uma válvula de retenção, ambas a montante destes sistemas. A partir dos elementos disponíveis no processo, não é possível apurar se estas válvulas estão ou não instaladas”. Desta forma e em jeito de desenlace explica ainda tal relatório que “(...) estando o sistema constituído pelo painel solar , bloco termodinâmico e termoacumulador dotado de uma válvula redutora de pressão e de uma válvula de segurança, em funcionamento e reguladas para a pressão aconselhada para o funcionamento do sistema, o excesso de pressão na rede pública, dificilmente danificaria qualquer elemento que o constitui”. -----

Pelo exposto, somos do entendimento de que admitindo-se que a irregularidade na pressão da água pudesse afetar o regular funcionamento do sistema constituído pelo painel solar, subsiste também a incerteza no que concerne às válvulas de segurança exigíveis, que acautelariam danos no acumulador/reservatório, que segundo a firma Tecnolareiras, Lda, se encontra danificado. -----

Face aos argumentos supramencionados, não obstante as dúvidas existentes, atendendo à exposição da munícipe Sofia Alexandra Nunes Vital, deixa-se à consideração superior a comparticipação financeira do município na resolução do problema referente à substituição do acumulador, o que importa em 1442,79 €.” -----

A Câmara deliberou por unanimidade, não comparticipar a substituição do acumulador, face aos elementos apresentados nos pareceres técnicos. -----

-----10. PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Não se registou nenhuma intervenção do público. -----

-----11. APROVAÇÃO EM MINUTA-----

Ao abrigo do que dispõe o número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta no final da reunião, considerando-se todas as deliberações constantes na mesma, onde não esteja registado expressamente o contrário, aprovadas por unanimidade, por todos os membros presentes. -----

-----12. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 25/2012 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 06-12-2012

E não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente declarou encerrada a presente reunião, eram dezassete horas e trinta minutos. -----

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que depois de considerada em conformidade com a minuta previamente elaborada e aprovada, vai ser assinada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente e por mim João Silveira, Coordenador Técnico, servindo de Secretário, que redigi, subscrevi e igualmente assino, nos termos do número dois do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro. -----

O Presidente da Câmara,

Maximo Sumin

O Coordenador Técnico,

João